

Dom Joaquim José Vieira e os oitenta anos de sua morte

FERNANDO CÂMARA (*)

Em 1975, ao tomar posse no Instituto do Ceará, na cadeira anteriormente ocupada pelo meu falecido irmão, José Aurélio Sarai-va Câmara, o saudoso confrade Manuel Albano Amora, conhecendo o meu interesse pela história eclesiástica do Brasil, fez um apelo para que em meus pronunciamentos nesta Casa evocasse também as figuras dos eminentes Pastores que ocuparam a mitra de Fortaleza e dos ilustres cearenses elevados às honras episcopais.

Assim, no decorrer destes anos fiz algumas palestras tratando de temas ligados à história religiosa do Brasil, tais como: O Cardinalato no Brasil, D. Vital e a Questão Religiosa, D. Antônio Macedo Costa – Um modelo para o episcopado brasileiro, – O primeiro cearense elevado ao episcopado, D. Luís Antônio dos Santos – O apóstolo do Ceará, e outras, que mereceram a publicação na revista deste Sodalício.

Agora, mais uma vez atendendo ao apelo do inesquecível consócio Manuel Albano Amora, que foi um dos patrocinadores de minha eleição para a Casa do Barão de Studart, quero evocar a figura do intrépido D. Joaquim José Vieira, em nossa modéstia opinião, talvez o maior Pastor que ocupou a mitra cearense e deixando para a posteridade a mais pura tradição apostólica.

Outro motivo, de modo especial, que me levou também a homenagear a excelsa figura do grande bispo que São Paulo deu ao Ceará, foi a decorrência no dia 8 de julho de 1997, dos 80 anos de seu falecimento em Campinas, cidade que muito lhe deve e onde iniciou as suas atividades sacerdotais, antes de ser alçado às honras episcopais.

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Feitas estas considerações, tentarei agora fazer uma viagem no tempo para retratar o perfil do 2º Bispo do Ceará, que durante quase trinta anos exerceu em terras cearenses o seu múnus episcopal com profícuas realizações em favor da Igreja de Cristo e de seu rebanho.

Natural de Itapetininga, em São Paulo, onde nasceu no dia 17 de janeiro de 1836, D. Joaquim José Vieira era filho do distinto casal major Manuel José Vieira e Maria Teodolina de Sousa Vieira, ambos membros de tradicionais famílias paulistas e que lhe imprimiram sólida formação cristã.

Muito jovem ainda, sentiu o chamado de Deus para a vida eclesiástica e de comum acordo com seus pais, ingressou no seminário de São Paulo, fundado há poucos anos pelo seu bispo diocesano, D. Antônio Joaquim de Melo, o qual, juntamente com o bispo de Mariana, D. Antônio Ferreira Viçoso, se tornariam conhecidos como os reformadores do clero brasileiro.

Para a fundação desse seminário muito concorreu o patrocínio do então Pontífice, Pio IX, que atendendo veemente apelo do bispo paulista, enviou para a sua direção os beneméritos capuchinhos, Frei Eugênio de Rumilly e Frei Caetano de Messina, este último radicando-se mais tarde no Convento da Penha, em Pernambuco, torna-se-ia conhecido como um missionário no nordeste brasileiro.

Quem também fez parte do Corpo Docente do mencionado seminário foi D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, antes de ser nomeado bispo de Olinda, e depois figura central da Questão Religiosa no Brasil.

Detentor de grandes virtudes, o futuro bispo do Ceará granjeou logo a estima e confiança de seus superiores e de modo especial de Dom Antônio Joaquim de Melo, tornando-se um de seus discípulos prediletos.

Ordenado sacerdote no dia 25 de março de 1860, teve a sua primeira designação para vigário-cooperador da Paróquia de Paraibuna, demorando-se ali poucos meses, pois foi logo removido para Campinas, como vigário-interino, onde permaneceu de 1860 a 1864.

Seu paróquiato foi dos mais dinâmicos, não só na área espiritual, como na social, começando pela restauração da Igreja Matriz, hoje catedral de Campinas, e dando início depois à construção da Santa Casa de Misericórdia, com seu hospital e asilo de órfãos, obras estas tão necessárias em sua comunidade.

Depois de quatro anos como vigário-interino, veio enfim o concurso para efetivação do cargo, conforme as leis imperiais vigentes na época.

O “vigarinho” ou o Padre Vieirinha, como era conhecido, pois era dotado de compleição franzina, obteve o maior número de pontos, saindo portanto em primeiro lugar, mas o segundo colocado, fortemente apoiado pela política situacionista, foi o nomeado, causando isto uma grande revolta na população de Campinas e havendo até mesmo uma representação da Câmara Municipal contra esta gritante injustiça.

Deixando o vigariato, o Padre Joaquim José Vieira não se retirou daquela cidade mas continuou no desempenho de suas atividades de benemerência social, impulsionado a construção das obras por ele iniciadas: a Santa Casa com seu hospital e asilo para órfãos.

Durante este período, Campinas se engalanou para receber a visita de Sua Majestade Imperial, o Imperador Pedro II, o qual, percorrendo a cidade se defrontou com aquela monumental obra e estranhou a ausência de seu idealizador nas homenagens que acabara de receber das autoridades municipais.

Resolveu então ir visitá-lo e, frente a frente com o intrépido sacerdote, este declarou que se abstivera, de propósito, de participar das homenagens tributadas à Sua Majestade Imperial, pois sendo ele sacerdote católico lhe causava repugnância apertar a mão de um monarca que assinara a condenação de dois bispos brasileiros.

Referia-se o antigo vigário de Campinas ao episódio da Questão Religiosa, quando foram condenados à prisão os bispos de Pernambuco, D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, e o do Pará, D. Antônio Macedo Costa.

O Imperador manteve-se firme e não perdeu a serenidade, como se esperava naquela ocasião, mas reconhecendo naquele

sacerdote a fibra de sua personalidade marcante, aliada ao seu trabalho em favor da ação social, tão logo retornou a Corte lhe outorgou o título de Conselheiro da Coroa Imperial, honraria esta até então só concedida aos bispos diocesanos.

Em 6 de novembro de 1879, falece em Salvador D. Joaquim Gonçalves de Azevedo, 17º arcebispo-primaz da Bahia, depois de ocupar por dois anos apenas a mitra baiana.

Para seu sucessor foi indicado pelo Governo Imperial, o nosso 1º bispo, D. Luís Antônio dos Santos, cujo nome foi prontamente confirmado pelo então Pontífice Leão XIII, através da Bula Papal de 13 de maio de 1881.

Tornando-se o bispado cearense Sede Vacante, o Imperador Pedro II não titubeou em apresentar à Santa Sé, através do decreto imperial de 3 de fevereiro de 1883, o nome do Padre Joaquim José Vieira para bispo do Ceará.

Era a primeira indicação que Sua Majestade Imperial fazia, após o incidente ocorrido quando de sua viagem a Campinas.

O Padre Vieirinha ainda se encontrava naquela cidade em plena atividade, já tendo inaugurado o suntuoso edifício da Santa Casa com o seu hospital no dia 15 de agosto de 1876, edificação esta bem superior a sua similar cearense.

Em sinal de gratidão, o Prefeito Municipal de Campinas mudou o nome da Rua da Misericórdia para Rua Padre Vieira.

Quanto ao asilo para órfãos, dada a falta de recursos financeiros, somente em 1890 teria ele a satisfação de inaugurá-lo, quando já se encontrava investido nas funções episcopais, tendo nesta oportunidade feito a doação de seu único bem em Campinas, para patrimônio da nova instituição filantrópica, a sua própria casa de morada, sita na rua Bento Quirino nº 17.

Ao receber a notícia de sua designação para 2º bispo do Ceará, ele usou de todos os meios possíveis para recusar essa honraria, mas foram debaldes os seus esforços, pois no dia 9 de agosto de 1883, o Santo Padre Leão XIII, através de uma Bula Papal, confirmava a indicação imperial.

Sua sagração episcopal ocorreu no dia 9 de dezembro daquele mesmo ano, na Igreja Matriz de Campinas, para onde se deslocou o bispo de São Paulo e cearense de Russas, D. Lino

Adeodato Rodrigues de Carvalho, oficiante da solenidade litúrgica, tendo como auxiliares os padres doutores, Francisco de Paula Rodrigues e João Gonçalves de Andrade, os quais funcionaram como consagrantes.

Antes mesmo de sua sagração, D. Joaquim tomou posse da diocese cearense por procuração concedida a Mons. Hipólito Gomes Brasil, o qual já respondia interinamente pelo governo do bispado como seu Vigário Capitular.

Em 24 de fevereiro de 1884, o novo bispo do Ceará desembarca no antigo porto de Fortaleza, sendo ali mesmo saudado pelo seu procurador, Mons. Hipólito, e depois de se paramentar dirige-se sob o púlpito para a entrada solene na catedral, onde após tomar posse na chefia da Igreja Cearense é homenageado com um Te Deum de boas-vindas.

D. Joaquim foi um continuador da obra admirável de D. Luís Antônio dos Santos, que durante vinte anos regeu os destinos de nosso bispado, e tão logo assumiu o governo diocesano teve como preocupação primordial resolver a situação de seu clero, desamparado de qualquer assistência em sua velhice ou invalidez.

Para sanear esta lacuna criou uma comissão composta dos monsenhores Bruno Figueiredo, Liberato Dionísio da Costa, Padres Dr. João Augusto da Frota e José Barbosa de Jesus, para elaborar os estatutos de uma entidade para assistência filantrópica aos sacerdotes da diocese – a “*UNIÃO DO CLERO*”, talvez o primeiro órgão de previdência no Brasil e oficialmente instalada em nossa Capital no dia 30 de março de 1884, ou seja um mês e seis dias após a sua posse como bispo do Ceará, e que tantos serviços tem prestado aos seus associados.

Transformada hoje em “*PREVIDÊNCIA SACERDOTAL*” é detentora do Hospital Cura D’Ars e tem atualmente a seguinte diretoria: Presidente – Padre Mariano Mattos, Secretário – Professor Jorgelito Cals de Oliveira e Tesoureiro – Mons. André Viana Camurça.

A visão profética do dinâmico Pastor se voltaria depois para dotar a sua diocese de um patrimônio, a fim de manter condignamente os seus bispos, quando houvesse a separação da Igreja e o Estado, como veio acontecer depois com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889.

Mais tarde, depois de visitar pastoralmente a sua diocese, sentiu a necessidade da elaboração de um novo código de leis eclesiásticas que permitisse melhor administração, não só do seu bispado, mas igualmente, das paróquias e até mesmo de mais eficiente desempenho da função sacerdotal.

Convocou, então, os 84 sacerdotes que compunham o clero cearense para um Sínodo Diocesano, que teve início no dia 31 de janeiro de 1888 e se encerrou após três dias de reuniões, com a promulgação das "*DISPOSIÇÕES SINODAIS DO CEARÁ*", um código de leis eclesiásticas dentro dos mais rígidos princípios canônicos que mereceu aplausos do episcopado brasileiro e até mesmo da Cúria Romana, tão parca em elogios.

Em 25 de março de 1884, ocorreu no Ceará a libertação de seus escravos, havendo uma grande concentração pública em nossa Capital, promovida pela associação "*LIBERTADORA CEARENSE*" para comemorar o importante acontecimento, quando vários oradores se fizeram ouvir.

Acompanhado de seu ilustre antecessor, D. Luís Antônio dos Santos, Arcebispo-Primaz da Bahia e que aqui se encontrava em busca de melhores ares para a sua saúde, D. Joaquim contando apenas um mês e um dia na chefia da Igreja Cearense, prestigiou também o histórico evento fazendo na ocasião o seguinte pronunciamento:

"Parabéns ao Ceará,

Já não é uma utopia, é uma realidade a redenção dos cativos na Província do Ceará!

Nem uma só gota de sangue se derramou, nem a ordem social se perturbou! Muito bem, caros diocesanos!

A religião e a Pátria não podem ser indiferentes a este fato, esta reservará uma página de sua história para nela registrá-lo; aquela, por intermédio de seus Ministros, entoará cânticos ao Senhor por tão boa nova. E o vosso bispo, mais cedo do que se pensava, terá a inexprimível alegria de entoar o "Te Deum Laudamus" em ação de graças ao Todo Poderoso, por tão grande benefício".

Durante o seu longo e brilhante episcopado, D. Joaquim teve a sua maior provação quando enfrentou a ameaça de um cisma em sua diocese, com os pretensos milagres verificados em Juazeiro.

Com a sua reconhecida altivez e inquebrantável energia, entrou imediatamente em ação, desmascarando o embuste que ali estava ocorrendo, e o seu procedimento firme e eficaz causou forte reação popular naquela cidade e até mesmo ataques mesquinhos contra a figura excelsa do intrépido bispo, como ele próprio confessa em sua Carta Pastoral de 25 de março de 1894:

“Custou-nos isto uma temerosa tempestade de impropérios, invectivas e calúnias”.

Também em Canindé teve ele o seu calvário quando interveio na administração dos bens e óbolos de seu milagroso Padroeiro, os quais estavam sendo dilapidados pela Confraria de São Francisco, uma entidade leiga.

A questão foi das mais renhidas e chegou até mesmo às barras do então Tribunal de Relação do Ceará, onde aquela Confraria impetrou uma ação contra o bispo e ainda requereu a manutenção de posse dos bens até então por ela administrados.

A Justiça Cearense julgou porém improcedente a ação e deu ganho de causa a D. Joaquim que teve como seu advogado de defesa o Dr. Virgílio Augusto de Moraes, um dos fundadores deste Instituto.

Numa segunda etapa, ele confiou a administração da Paróquia de Canindé aos beneméritos Padres Capuchinhos que ali chegaram no dia 22 de setembro de 1898 e permaneceram até o ano de 1926, quando assumiram a Prelazia de Grajaú, no Maranhão, e foram substituídos pelos padres franciscanos menores, os quais, ainda hoje, dirigem aquela meca cearense.

Em Canindé, os frades capuchinhos fundaram um colégio com internato para os jovens e meu pai foi um de seus alunos, ao lado de Francisco de Meneses Pimentel, Clodoaldo Pinto, Antônio Furtado e outros.

Em certa ocasião, chega de maneira inesperada àquele estabelecimento de ensino D. Joaquim, que retornava de uma visita pastoral em cidade vizinha, e fez questão de examinar os seus alunos.

Os capuchinhos, parece não terem gostado da idéia e, tentando dissuadi-lo, alegaram já haverem os estudantes feito as provas e muitos se encontravam em férias, de viagem para os seus lares.

O bispo insistiu, e os alunos que ainda não haviam viajado foram convocados e colocados em fila.

Feito isto, D. Joaquim selecionou uns dez alunos, entre eles o meu pai.

Começou então a sabatiná-los, e o meu pai não titubeou em nenhuma das respostas, o mesmo acontecendo com a maioria dos demais colegas.

O bispo encerrou a argüição e, virando-se para os frades que ali se encontravam, disse estar satisfeito com o aproveitamento escolar verificado naquele colégio.

Tal como ocorreu em Campinas, o nosso 2º bispo não deixou de realizar em sua diocese obras de cunho social: o Externato São Vicente de Paulo, fundado em 8 de setembro de 1884, com freqüência de 600 alunas, e a Escola Jesus Maria José com mais de 400 alunos, estabelecimentos estes com sede própria e administrados pelas Irmãs de Caridade, foram realizações deste Pastor cearense.

Idealizou, ainda, uma Escola de Artes e Ofícios que funcionaria no prédio onde hoje se encontra instalado o Colégio Militar, já dispondo de verba para seu aparelhamento e contactado com os Padres Salesianos para dirigi-lo, quando inesperadamente o prédio e a verba lhe tomados sem nenhuma explicação plausível.

A Associação das Senhoras de Caridade, que ainda hoje funciona em nossa Capital, foi outra entidade criada quando da terrível seca de 1888, com a finalidade principal de dar assistência às vítimas desta calamidade e minorar os seus sofrimentos.

Deu todo apoio e colaboração a nossa Santa Casa de Misericórdia, ocupando a sua provedoria enquanto permaneceu no Ceará.

Amigo fiel de seu clero, que lhe tributava verdadeira obediência filial, gostava de que os vigários vindos do interior cearense para Fortaleza, em viagens de serviços, fossem seus hóspedes no palácio episcopal, a fim de tomar conhecimento de seus problemas e necessidades, e ao mesmo tempo orientá-los para o melhor desempenho das atividades sacerdotais.

Foi, portanto, com imenso pesar e até mesmo constrangimento, quando teve de suspender de ordens dois virtuosos sa-

cerdotes de seu clero, por terem estes ficado solidários com o Padre Cícero Romão Batista na questão religiosa de Juazeiro.

Em outra oportunidade, um sacerdote diocesano designado para fazer um dos sermões na Semana Santa, sem nenhum aviso prévio, deixou de cumprir esta obrigação, preferindo incorporar-se a uma comitiva de políticos em campanha pelo interior do Estado.

Quando retornou da viagem tentou justificar o seu procedimento junto a D. Joaquim tendo-lhe este declarado que estava suspenso de ordens.

O sacerdote, tentando coagir o bispo, declarou: “ não sei que efeito causará ao povo a notícia desta minha punição”.

D. Joaquim reagiu energeticamente, dizendo: “ Padre, neste mundo eu só temo o pecado. O senhor está suspenso de ordens”.

Muitos anos depois, na Carta Pastoral em que comunica a sua renúncia ao bispado do Ceará e se despede dos fiéis, ele lamenta profundamente todas estas ocorrências e justifica o seu procedimento:

“Quem governa não raro é obrigado a contrariar alguns para salvaguardar a pureza da fé e os princípios da moral. Mas quando éramos obrigados a usar de algum rigor com os nossos irmãos no sacerdócio, sofriamos, porventura, mais que eles, porque, por caráter, somos mais propensos a perdoar que a punir”.

A formação de seu futuro clero foi outra constante preocupação do abnegado bispo, que aos domingos pedia sempre ao reitor do Seminário da Praínha para lhe enviar dois teólogos, a fim de ajudarem a sua missa na capela episcopal e os quais semanalmente se revezavam com outros colegas.

Depois da missa os levava para tomar café em sua companhia, oportunidade em que procurava conhecer melhor os seus futuros sacerdotes.

Já naqueles recuados tempos, D. Joaquim tinha como uma de suas normas não designar padres para atividades que pudessem ser desempenhadas por leigos.

Assim, na Câmara Eclesiástica havia apenas um sacerdote para o cargo de secretário, enquanto as funções de escrivão e encarregado do registro e arquivo eram exercidas pelos srs. Manuel

Jorge Vieira e Tristão Pacheco Spinosa, pessoas de sua mais absoluta confiança.

Já os patrimônios de São José e de Nossa Senhora do Rosário eram administrados pelos respeitáveis cidadãos Arcádio de Almeida Fortuna e Licínio Nunes de Melo.

D. Joaquim notabilizou-se, de modo especial, em seu longo e fecundo episcopado, no desempenho de suas atividades pastorais que foram permanentes em todo território cearense, pois não haviam ainda sido criadas as dioceses de Crato e Sobral.

Palmilhou todos os nossos sertões enfrentando com espírito forte o desconforto de longas viagens, feitas em sua maioria em lombo de animal, sob a inclemência de um sol abrasador, ele que viera de São Paulo, afeito a um clima frio, para levar ao seu rebanho a sua palavra de fé.

Aliás, quando da decorrência do 30º dia do seu falecimento, o então deputado federal Álvaro Fernandes, meu ilustre conterrâneo e antigo membro desta Casa, em oração pronunciada no Círculo Operário de Fortaleza, ressalta esta grande virtude de nosso Pastor:

“Há um aspecto que se destaca entre os méritos de Dom Joaquim José Vieira, é o seu pendor inalienável de evangelista”.

De todas as suas visitas pastorais realizadas na hinterlândia cearense, gostaria de mencionar apenas uma, verificada em 1885, à Paróquia de Quixeramobim, minha cidade natal e que tinha como vigário um dos mais respeitados sacerdotes do clero de sua época, Monsenhor Salviano Pinto Brandão, o qual recusou a mitra do Pará, onde deveria suceder a D. Antônio Macedo Costa, quando este foi promovido para o Arcebispado da Bahia.

Ali chegando, recebeu as calorosas homenagens das autoridades municipais e do povo em geral, sendo saudado na oportunidade pelo Sr. José Furtado Mendonça Bezerra de Meneses (Juca Furtado), pai do nosso saudoso consócio Dr. Andrade Furtado, através destes versos jubilosos:

*Jesus, o Cristo, o Deus, o Verbo Eterno,
O belo Nazareno, meigo e terno,
Teândrico orador,*

*Emocionava as turbas da Judéia,
Nos crânios implantando viva a idéia
Da paz, do bem, do amor...*

*O mancebo dulciloquo, atraente,
Derramava nas almas a semente
De uma vida imortal.
Fazia o bem, passava..., e nos seus rastros
Mais luz deixava que não têm os astros
E calor mais vital!*

*Um dia o Galileu ardente, ousado,
Revolucionário, trovejou um brado,
Um raio de terror:
"Eu vim trazer, dizia, o fogo ao mundo,
E ver o incêndio se atear profundo
Desejo, e com ardor!"*

*Assim tu, ó Joaquim, qual outro Cristo,
Outra coisa não queres, que não isto:
O fogo, o incêndio, o horror!
O fogo se ateando, rubro, ingente,
O horror das trevas ante a luz fulgente,
E o incêndio do amor!*

Infenso a política e honrarias, mantinha um tratamento respeitoso com as autoridades cearenses, as quais, reconhecendo as virtudes e o grande mérito de nosso bispo, lhe dispensavam especial atenção.

Detinha um vasto círculo de amizade junto ao mundo cultural e social de Fortaleza e, quando não se encontrava em missão pastoral, recebia com freqüência na residência episcopal expressivas figuras tais como Paulino Nogueira Borges da Fonseca, Barão de Studart, Barão de Camocim, Antônio Augusto de Vasconcelos, Virgílio Augusto de Moraes, Eduardo Salgado, João Nogueira, Júlio César da Fonseca, Francisco de Assis Bezerra de Meneses (Dr. Bizerrinha), José Albano, Filino Barroso e muitos outros.

Quando, durante o rigoroso inverno de 1894, ocorreu o desmoronamento de uma ala do seminário da Praia, foram os seus amigos com suas esposas, aliados à ação de todos os vigários da diocese, que fizeram campanha para reconstrução daquela tradicional casa de formação religiosa, e três meses depois tudo estava restaurado e as aulas voltaram a funcionar normalmente.

D. Joaquim tinha um verdadeiro amor à terra cearense e por várias vezes deu demonstrações deste seu afeto ao nosso Estado.

Em 1890 teve o seu nome proposto para bispo do Rio Grande do Sul, e mais tarde, em 1897, há exatamente um século, o convite é novamente renovado, agora para ocupar o bispado de São Paulo, seu Estado natal e de cuja diocese fez parte como membro do seu clero.

Recusou incontinenti as duas honrarias para permanecer junto ao sofrido povo cearense.

A notícia de sua transferência para São Paulo chegou ao conhecimento dos paulistas que, tendo à frente o Senador e General Francisco Glicério, chegaram mesmo a organizar uma vasta programação para receber o seu ilustre conterrâneo.

A recusa de D. Joaquim em sair do Ceará entristeceu os seus conterrâneos e amigos.

Durante o seu longo episcopado, pouquíssimas vezes se ausentou de sua diocese: a São Paulo, foi duas vezes, sendo uma delas em 1890 para inaugurar o asilo de órfãos, cuja construção fora por ele iniciada, e naquela ocasião recebeu uma homenagem com a colocação do seu busto em pedestal onde se encontra a seguinte legenda:

“Em homenagem a D. Joaquim José Vieira, bispo do Ceará, fundador do Hospital, Asilo e Santa Casa de Misericórdia – oferece o povo agradecido”.

Em 1899, esteve em Roma participando do Concílio Plenário Latino Americano, convocado pelo Papa Leão XIII.

Quando retornou, uma imensa multidão o recebeu com aplausos no antigo porto de Fortaleza ao qual ele agradeceu, dando na ocasião mais uma demonstração de seu amor ao Ceará: “ Eu sou cearense!”

Participando da reunião do episcopado do Norte do Brasil, esteve em 1908, no Recife, tendo atuação das mais elogiosas.

Sentindo-se cansado e com a idade um tanto avançada, solicitou e obteve da Santa Sé a nomeação de um bispo-coadjutor, para assessorá-lo no governo de sua extensa diocese.

Tentou, inclusive que o nome escolhido fosse um dos membros de seu clero, mas não teve êxito nesta missão como ele mesmo afirma em uma de suas Cartas Pastorais:

“Depois de sondar o ânimo de diversos sacerdotes cearenses que se mostraram esquivos, dos quais não menos de cinco haviam recusado a missão episcopal.”

Recorreu então aos préstimos do Arcebispo-Primaz da Bahia, D. Jerônimo Thomé da Silva, cearense de Sobral, e a cuja Província Eclesiástica estava ligada a Igreja Cearense, para que este sondasse um candidato a missão episcopal e o nome indicado – Conêgo Manuel Antônio de Oliveira Lopes – foi confirmada pela Santa Sé, para bispo-coadjutor do Ceará.

Chegando a Fortaleza no dia 20 de novembro de 1908, o novo Pastor pouco tempo permaneceria aqui no desempenho do cargo, pois logo era transferido para o bispado de Alagoas, onde terminou os seus dias.

Mais um apelo é novamente feito à Santa Sé para a designação de um novo bispo-coadjutor e o nome escolhido é de outro baiano – Cônego Manuel da Silva Gomes – o qual depois de receber a sagração episcopal das mãos de D. Jerônimo Thomé da Silva, desembarca no porto de Fortaleza no dia 9 de fevereiro de 1912.

Conquista logo a estima e a admiração do povo cearense e poucos dias depois, D. Joaquim, refletindo profundamente, sentiu que para o maior bem da diocese e do perfeito desempenho das atividades pastorais do novo bispo, melhor seria que ele renunciasse à chefia da Igreja do Ceará.

Na sua Carta Pastoral de despedida ao povo cearense, ele mesmo confirma esta sua resolução:

“Estava remediada a falta, mas, refletindo bem em nossa consciência, sem a ninguém consultarmos, chegamos à convicção de que para o maior bem da diocese, era de conveniência que deixás-

semos o seu governo, pois pertencendo-nos a plenitude da autoridade episcopal, não podíamos exercê-la em todas as suas partes, por não nos permitirem as forças; por outro lado, o nosso Exmo. Auxiliar, por mais amplas faculdades que lhe dêssemos, ver-se-ia, algumas vezes, embaraçado no exercício das sagradas funções.

Nestas condições, posto que seja muito penoso para o nosso coração separarmos-nos dos nossos antigos diocesanos, no dia 14 de março do corrente ano, 34 dias depois da chegada do Exmo. e Revmo. Dom Manuel a esta diocese, nos dirigimos à Nunciatura Apostólica, pedindo-lhe apresentasse ao Santo Padre a nossa súplica no sentido de aceitar a nossa renúncia e nomear o Exmo. e Revmo. Dom Manuel, bispo catedrático desta diocese.”

Atendido o seu pedido pela Santa Sé, em 8 de dezembro de 1912, ocorre na catedral a transmissão do cargo, indo o venerando bispo no dia seguinte fixar residência em uma casa pertencente à “UNIAO DO CLERO”, situada na atual avenida de Dom Manuel e onde funciona hoje a Escola de 1º Grau Clóvis Beviláqua.

Contava na oportunidade 76 anos de idade, sendo o decano do episcopado brasileiro e um dos seis bispos legados pela monarquia à república.

Pouco tempo permaneceu em Fortaleza após haver renunciado ao bispado, pois no dia 14 de abril de 1914 deixava definitivamente o Ceará, causando esta notícia imensa tristeza ao nosso povo que tanto venerava o seu antigo Pastor e ele mais ainda a terra cearense como se manifestou em sua despedida:

“Amamos o Ceará, e como não ser assim, se aqui estamos há quase 29 anos de convivência com este heróico povo? Percorremos todo o seu território; tratamos com todas as classes – as famílias, os protegidos, os desprotegidos da fortuna; os velhos e os moços; os sertanejos, lavradores e vaqueiros... Administramos o santo Crisma a milhares de cearenses, conferimos ordens sacras a oitenta filhos desta terra. Presenciamos a desolação que causam as secas, produzindo na diocese, deploráveis extremidades.

Estas circunstâncias fazem criar raízes de amor, de sorte que estamos identificados com Ceará.”

Anteriormente, D. Joaquim havia manifestado o desejo de terminar os seus dias em terras cearenses, mas mudou de idéia alegando que a sua presença poderia inibir a D. Manuel de realizar as mudanças ou reformas porventura necessárias ou reclamadas, diante da evolução do tempo.

Não houve quem o fizesse mudar de opinião e o seu embarque no porto de Fortaleza foi uma verdadeira consagração pública.

Imensa multidão compareceu para manifestar a sua gratidão ao venerando Pastor e lhe pedir a sua última bênção.

Ladeado por D. Manuel da Silva Gomes, seu sucessor, e pelo General Setembrino de Carvalho, Interventor Federal no Ceará, D. Joaquim ao ver aquela massa humana, levou as mãos ao rosto, e disse soluçando: “não quero ver ninguém.”

Três sacerdotes da nossa diocese o acompanharam nesta viagem: Mons. José Alves Quinderé, representando o Governo do Estado, Padre Dr. Misael Gomes, representante do clero cearense, e Mons. Luís de Carvalho Rocha, por amizade pessoal.

As homenagens ao venerando Pastor não ficaram só restritas ao Ceará, pois em cada porto em que o navio fazia escala, lá estava o bispo diocesano com o seu clero para cumprimentá-lo.

Assim aconteceu em Recife, quando D. Luís Raimundo da Silva Brito o recepcionou calorosamente; depois, foi a vez do Arcebispo-Primaz da Bahia, D. Jerônimo Thomé da Silva, ir recebê-lo no porto em Salvador, onde também já o aguardava uma comitiva de Campinas que o acompanhou até o final da viagem.

Na chegada ao Rio, teve fraternal acolhida de seu Cardeal Arcebispo, D. Joaquim Arcoverde Cavalcanti, recebendo na oportunidade carinhosa homenagem

O término da viagem marítima foi em Santos, onde outra comitiva campinense foi recebê-lo com muitas festas e o acompanhou, agora de trem, com um carro especial posto à sua disposição.

Na Estação da Luz, em São Paulo, o esperava o Arcebispo D. Duarte Leopoldo da Silva, o Presidente do Tribunal de Justiça, Representação do Governo do Estado, sacerdotes e amigos, recebendo de todos as maiores demonstrações de amizade e apreço.

A viagem prosseguiu até Campinas e aí o espetáculo era indescritível: grande massa humana em verdadeiro delírio, aplau-

dia e gritava vivas ao “Padre Vieirinha”, que depois de trinta anos de ausência retornava de vez para aquela cidade onde iniciara a sua vida sacerdotal.

A multidão fazia questão de empurrar o seu carro e só a muito custo pôde chegar até à Santa Casa de Misericórdia, onde ao lado havia sido construída uma bela mansão para hospedá-lo, dotada do todo o conforto necessário à sua pessoa.

Campinas já era sede episcopal, e tinha como seu 1º bispo D. João Batista Correia Nery, seu afilhado, que tudo fez para que nada faltasse ao seu ilustre padrinho e não o largou mais.

Uma pauta foi organizada com o nome das pessoas da sociedade local que se comprometiam a dar assistência diária a D. Joaquim, figurando entre elas o próprio bispo diocesano, D. João Nery, que nunca faltou ao seu turno.

Campinas tornou-se a meca de todos os cearenses que iam a São Paulo, e logo no ano seguinte ao de sua partida do Ceará, foi visitá-lo D. Manuel da Silva Gomes a vários sacerdotes do seu clero.

D. Joaquim ficava feliz e remoçava, quando recebia estas visitas. Perguntava por tudo e por todos. Não esquecia ninguém.

Servia até mesmo de cicerone para os seus visitantes, indo pessoalmente mostrar os pontos turísticos e históricos da cidade.

Ainda viveu três anos após deixar o nosso Ceará.

O peso dos anos foi debilitando as suas forças ficando a saúde um tanto precária.

A sua última carta escrita em 14 de setembro de 1916 para D. Manuel da Silva Gomes, seu sucessor e amigo, já não foi feita de seu próprio punho.

Recorreu à ajuda de sua secretária, Irmã Maria Mechtilde, para transmitir as suas notícias e pedido de preces. Vejamos este precioso documento:

Exmo. Revmo. Snr. Arcebispo D. Manuel.

Laudetur Jesus-Christus

Em nome de S. Exc. Rev. D. Joaquim José Vieira e a mandado seu, cabe-me a insigne e incomparável honra de dirigir hoje a V. Excia. Revma. esta simples cartinha. Possa ella traduzir fielmente a V. Excia. Revma. a intensidade de affectos e as efusivas saudades

de nosso Amado e Venerando Pae, D. Joaquim José Vieira! Bem quizera Elle escrever por si mesmo a V. Excia., mas o seu estado de saúde não Lh'o permite: está em excesso debilitado e de dia para dia as suas forças vam se diminuindo. O abatimento geral, em que se acha, O faz soffrer bastante, não sendo compatível com seu espírito lúcido, com sua viva imaginação. "Eu não me illudo sobre o meu estado" – é sua phrase habitual. "Meu organismo não funccionando mais, esta minha suffocação, esse cortejo de enfermidades, que acompanha a velhice e que agora mais impertinentes se mostram, – são prognosticos certos da morte, que, a largos passos, aproxima-se! Não sou mais que um moribundo, que um homem em agonia: Solum mihi superest sepulchrum!..." Taes são as desconsoladores palavras que ouvimos quotidianamente deslisarem-se de seus labios. Em consequência recommenda-se com instancia às orações de todos quantos O visitam, para o Céu Lhe conceda uma boa hora. É este tambem o pedido que faz ao Exmo. Revmo. Snr. Arcebispo D. Manuel, supplicando a V. Excia. rezar e fazer rezar muito a seus Archidiocesanos para que Deus se compadeça d'Elle e Lhe dê uma feliz hora de morte. Termina fazendo fervorosos votos pela felicidade de V. Excia. Revma. E pela prosperidade da Archidiocese do Ceará, porção tão cara ao seu magnanimo coração: "Que o Senhor conserve à D. Manuel á preciosa existencia e Lhe dê forças bastantes para exercer, de mais a mais, o zelo apostolico que O abraza, e elevar a Deus milhares dessas almas cearenses, que eu tanto estremeço! Tal é meu maior desejo".

Digne-se, pois, Exmo. Snr. Arcebispo, acolhendo benignamente os sinceros sentimentos de D. Vieira, acceder a seu pedtdo e acceitar D'elle um paternal e saudoso amplexo, acompanhado de sua santa benção.

Concluo, beijando respeitosaente o annel de V. Excia., a quem peço abençoar-me.

Com profundo respeito e admiração subscrevo-me

De V. Excia. Revma. D. Manuel.

Humilde serva

Irmã MARIA MECHTILDE

No final desta carta há um *post-scriptum* feito pelo saudoso bispo, em letra bastante trêmula, com estas palavras de despedidas:

Campinas, 14 de setembro de 1916.

P. S. – Adeus, D. Manuel, até a eternidade; ore e faça orar, por mim que me não esqueço do Ceará nem de V. Excia.

Adeus!

D. JOAQUIM

A sua morte, ocorrida no dia 8 de julho de 1917, foi um dia de Juízo em Campinas, que ficou enlutada, chorando a sua população o desaparecimento de seu grande benfeitor e amigo.

O Ceará se associou ao doloroso acontecimento tributando as mais merecidas homenagens póstumas ao inesquecível bispo.

O Congresso Nacional também se fez presente, cabendo ao Senador Francisco Sá, fazer um pronunciamento, do qual extraímos este texto:

“Foi Pastor experimentado freqüentemente pelos reveses da sorte, dos sofrimentos deles (seus filhos) fez os seus próprios e nunca o seu desvelo se cansou em lhes proporcionar alívio. O seu palácio era um asilo sempre aberto a todos os miseráveis e sofredores; a sua piedade e o seu zelo apostólico contribuíram para a expansão do sentimento religioso tão vivo na alma cearense, que nele encontra uma fonte inesgotável de resignação e de força. Este mesmo exemplo exerceu influência duradoura para a formação do clero cearense, que é, pela cultura, pela sua educação, justo motivo de ufania para o catolicismo no Brasil.”

Atendendo pedido do povo de Campinas, teve sepultura junto ao pedestal com o seu busto, em frente à Santa Casa de Misericórdia.

Alguns anos mais tarde, os seus restos mortais, que deveriam repousar em terras cearenses, foram removidos para a cripta da catedral daquela cidade, onde já se encontram também sepultados outros bispos.

Através destas linhas, presto minha homenagem à memória do grande Pastor, que durante quase trinta anos dirigiu com pulso firme e muita sabedoria os destinos da Igreja Cearense.